



## **LEI ORDINÁRIA Nº 2911**

*de 07 de dezembro de 2023*

**Proíbe a nomeação para Cargos em Comissão de Pessoas que tenham sido condenadas por crimes de maus-tratos e abandono de animais no âmbito do Município de Corumbá-MS.**

*O PREFEITO DE CORUMBÁ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:*

**Art. 1º** Ficam impedidos de ocupar cargos em comissão de livre nomeação e exoneração no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional e do Poder Legislativo, no Município de Corumbá, quem tenha sido condenado por decisão judicial transitada em julgado por praticar abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos no âmbito no Município de Corumbá, conforme previsão contida no Artigo 32 da Lei Federal 9.605/98, e Lei 14.064, de 29 de setembro de 2020.

**Art. 2º** Para efeitos desta Lei, caracterizam-se maus-tratos e abusos contra animais as seguintes práticas:

*I - ofender ou agredir física e psicologicamente os animais, sujeitando-os a qualquer tipo de experiência capaz de causar-lhes sofrimento ou dano, bem como as que criem condições inaceitáveis a sua existência;*

*II - manter animais em local completamente desprovido de asseio ou que lhes impeçam a movimentação, o descanso ou os privem de ar e luminosidade;*

*III - obrigar animais a trabalhos exorbitantes ou que ultrapassem sua força, obrigando-os a andar sob o asfalto quente;*

*IV - não dar morte rápida e indolor a todo animal cujo extermínio seja necessário para consumo;*

*V - manter animais constantemente acorrentados, expostos ao sol e à chuva;*

*VI - enclausurar animais com outros que os molestem ou aterrorizem;*

*VII - sacrificar animais com venenos ou outros métodos não preconizados pela Organização Mundial de Saúde - OMS nos programas de profilaxia da raiva;*

*VIII - abandonar animais, ferir, mutilar, não alimentar, não dar água;*

*IX - negar assistência veterinária se preciso;*

*X - outros crimes contra animais previstos nas legislações vigentes.*

**Parágrafo único.** A administração pública deve guardar sigilo dos dados a que obtiver acesso, adotando todas as medidas necessárias para resguardar a privacidade da pessoa que é objeto da consulta.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*CORUMBÁ, 07 DE DEZEMBRO DE 2023.*

**MARCELO AGUILAR IUNESPREFEITO DE CORUMBÁ**

---

*Lei Ordinária Nº 2911/2023 - 07 de dezembro de 2023*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*